

Considerações sobre a participação política brasileira nas eleições 2010

A democracia no Brasil é recente. Esse tempo foi suficiente para que o cidadão consolide a consciência do valor das suas escolhas como eleitor?

Adriano Correia – Eu creio que, pelo menos o processo de democratização que se iniciou com o fim da ditadura militar, já está plenamente consolidado. As instituições estão fortalecidas. Quanto às dificuldades relacionadas à corrupção, às campanhas e ao processo de fiscalização, acredito que o eleitor já tenha noção de que o tipo de escolha que ele faz, o grau de sua participação e o seu envolvimento no processo eleitoral têm impacto direto em sua vida. Os problemas estão relacionados ao modo como essa democracia é organizada e como os partidos se consolidaram. A participação democrática dos cidadãos, para além do âmbito eleitoral, foi sufocada por procedimentos muito amplos que dificultaram, por exemplo, que as mobilizações populares e as demandas das organizações da sociedade civil fossem canalizadas para o sistema político na própria estrutura do Estado, a qual não é porosa às demandas sociais. Essa talvez seja uma das grandes dificuldades da democracia que, a despeito disso, está consolidada.

Como qualificar, então, nossa democracia atual? Ela é popular? O povo tem realmente participado dessas decisões?

José do Carmo – Eu aposto muito na consolidação do nosso modelo de democracia, para que ele seja de fato popular. E que possa ir muito além da chamada democracia representativa, a partir de instrumentos, sobretudo como as eleições. Mas só isso não é suficiente para termos uma democracia consolidada. Eu aposto na democracia direta, que é uma grande utopia. Mas

podemos ter uma democracia mesclada, semidireta, digamos assim. Não a direta, em que o povo é chamado a tomar toda e qualquer decisão de interesse público, mas aquela em que é chamado a atuar por meio de diversos mecanismos criados a partir da Constituição Federal de 1988, como os chamados conselhos municipais, estaduais e nacionais, que atuam nas diversas áreas de interesse da população: meio ambiente, educação, saúde, cultura, esporte, políticas da cidade, de combate à fome, de segurança. Temos uma série de possibilidades de participação das pessoas que são muito mais aferidoras de um regime democrático do que a oportunidade de escolher alguém [pelo voto], escolher um nome para ser prefeito, vereador, deputado, governador, presidente da república. Para consolidar a nossa democracia precisamos dar passos firmes. É preciso que esses conselhos não sejam meramente formais, de um modo que o chefe do Executivo comande e eles sejam apenas “fachada”. É preciso que os conselhos sejam efetivamente espaços de participação. E, para que isso aconteça, entra o papel das escolas, das universidades, de formar pessoas qualificadas que tenham capacidade de intervir nesses conselhos.

Pedro Célio – De fato, os avanços políticos no Brasil nos colocam diante de situações de caracterizar a consolidação de vários institutos da democracia. Ao mesmo tempo, vemos também que desafios muito antigos da vida brasileira continuam existindo. Do ponto de vista do aperfeiçoamento institucional, a questão é: de que modo o sistema político e a democracia contribuem para melhorar a vida das pessoas? Eu acredito que essa seja a grande questão. A função da política é integrar os indivíduos

Agnes Arato, Josete Bringel e Renato Joseph

Mais uma vez, vivemos um momento de preparação para as eleições no Brasil. Naturalmente, voltam à tona debates e reflexões acerca do contexto político nacional. Como anda a participação política do cidadão brasileiro? Estará o eleitor mais consciente do valor e da força do seu voto, bem como do significado da democracia para a sua realidade?

Confira nesta edição as considerações sobre questões como essas dos professores convidados para a mesa-redonda: Adriano Correia Silva, da Faculdade de Filosofia da UFG, que desenvolve pesquisas na área de filosofia política; Pedro Célio Alves Borges, da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, que estuda a relação entre participação política e democracia e José do Carmo Alves Siqueira, do curso de Direito do Câmpus Cidade de Goiás, que é um estudioso do direito eleitoral.

de aos brasileiros para optar sobre o ato de votar? **Pedro Célio** – Essa é uma questão polêmica. Pessoalmente, eu defendo a permanência do voto obrigatório. Para mim, essa não é uma questão doutrinária. Não é um motivo para estabelecer campos ideológicos, teóricos ou doutrinários, nada disso: o voto é obrigatório no sentido de incorporar as pessoas no processo político. Quanto mais pessoas incorporadas ao processo político, mais legítimo, mais útil, mais funcional o sistema político se torna, no sentido de que as decisões e as regras políticas sejam legítimas. **José do Carmo** – Na verdade, já temos um sistema misto, que permite o voto facultativo para os jovens de 16 a 18 anos e adultos acima de 70 anos e para os que são analfabetos. Então, já temos uma experiência real de voto

facultativo e eu acho que valerá a pena termos pesquisas para identificar como as pessoas que têm a opção do voto se comportam. Acho que isso é importante, porque vejo também a atitude e a vontade que qualifica a participação. **Pedro Célio** – Existe um campo de estudos sobre o comportamento eleitoral que caracteriza exatamente isto: a faixa dos 16 aos 18 anos e a faixa mais idosa registram cerca de 40% a 45% de abstenção. **José do Carmo** – Não está tão distante da abstenção das pessoas obrigadas a votar. **Pedro Célio** – E existe outro indicador. Em democracias consolidadas, de sociedades industriais avançadas em países centrais, essa abstenção é variável. Houve nos Estados Unidos momentos em que a abstenção foi de 53% a 55%. Nessa última eleição, de Barack Obama, já foi bem

maior o comparecimento. Então, os momentos políticos é que são decisivos. É difícil estabelecer uma regra geral para esse assunto. Por isso eu digo que, para mim, não é doutrinário. Se a grande marca da vida brasileira é a exclusão e a desigualdade social, isso se reflete no sistema político. Se acreditamos que o sistema político tem uma utilidade, então tudo deve ser feito para que ele integre as pessoas à vida comunitária.



Pedro Célio Alves Borges



José do Carmo Alves Siqueira



Adriano Correia Silva

maior o comparecimento. Então, os momentos políticos é que são decisivos. É difícil estabelecer uma regra geral para esse assunto. Por isso eu digo que, para mim, não é doutrinário. Se a grande marca da vida brasileira é a exclusão e a desigualdade social, isso se reflete no sistema político. Se acreditamos que o sistema político tem uma utilidade, então tudo deve ser feito para que ele integre as pessoas à vida comunitária.

Por que ainda não conseguimos aperfeiçoar mecanismos que evitem a corrupção na política?

José do Carmo – Nós nos concentramos muito no problema da corrupção na política. As pessoas têm dificuldade de participar dos processos decisórios como forma de combate à corrupção. No entanto, quando participam, eles têm mais interesse em acompanhar a execução das propostas daquilo que ajudam a decidir. Temos tido um processo lento de preparação das pessoas. É natural que seja assim. O processo político é por si só lento, cheio de marchas e contramarchas. Agora, no que se refere ao combate à corrupção, nessa tentativa do Ficha Limpa, por exemplo, tivemos um grande processo de mobilização – estranho, se compararmos com as Diretas Já e com o impeachment do Collor. Por quê? Porque foram mobilizações feitas na internet. Então, hoje as grandes mobilizações, que coletam milhões de assinaturas, são feitas pela internet. É uma forma de participação viabilizada por essa ferramenta nova. Mas isso tira o calor necessário a certos debates, que exigem o corpo a corpo. Acho estranho que a legislação proíba ao eleitor manifestar-se coletivamente no dia das eleições. Só-lhe é permitido sair silenciosamente. Pode até carregar uma bandeirinha ou um adesivo, mas só isso. É anacrônico isso, em vista do desafio que temos de promover a participação das pessoas como uma forma eficaz de conseguirmos reduzir o nível elevado de corrupção na política.

Por que sempre se associa a imagem do político a corrupção?

Pedro Célio – Esse debate é muito interessante e não é recente. Ele é antigo e precede até a própria democracia brasileira. Ele tem uma relação com a condição humana e com a capacidade dos países de construir suas diferentes democracias. Em primeiro lugar, não existe um modelo único de democracia, como se houvesse um modelo ideal. Em segundo lugar, é preciso acabar com aquela ideia – e acho que o debate nos ajuda a entender isso – de que a democracia é um regime de harmonia, paz e felicidade total. Não é nada disso. A melhor democracia é um regime que permita a explicitação dos conflitos e incentive a arte da negociação, da associação etc. E em terceiro lugar, as pessoas naturalmente tendem a se afirmar no espaço público portando suas individualidades e suas características próprias. Elas tendem a competir e, lá no meio do caminho, um ou outro pode querer fraudar uma regra, isso é inevitável. Então, a questão da democracia não está em ela ser perfeita porque consegue evitar e eliminar a corrupção, nada disso. A melhor questão – e que nos ajuda e nos ensina a pensar – é de que modo a democracia como expressão da vida coletiva trata os casos de corrupção, quando eles aparecem. É preciso criar mecanismos de conhecimento da corrupção, ou seja, transparência, liberdade de informação, inibir os elementos de constrangimento para que as pessoas denunciem. E deve haver um controle das instituições, das leis, dos poderes e da própria população para penalizar aquele que fraudar a regra estabelecida.

Adriano Correia – Não há no direito nenhuma lei, nenhuma pena que até hoje tenha evitado, de uma vez por todas, um determinado tipo de crime. Creio que o preço a pagar por um controle absoluto seria enrijecer o próprio sistema. E é mais vigoroso, do ponto de vista da democracia do sistema político, pensar a possibilidade de controle e do modo como nós lidamos com a corrupção. Talvez o problema, como disse o professor Pedro Célio, não

seja tanto o volume de corrupção, mas o quanto isso permanece como algo não resolvido. É curioso o quanto a população, em geral, associa a corrupção ao sistema político. Há tolerância com a corrupção privada e quando, em entrevista, se pergunta “e se fosse você na mesma situação, faria o mesmo?”, as pessoas parecem não admitir essa hipótese. Canalizam para o sistema político a imagem da corrupção e, de algum modo, são condescendentes com a corrupção privada. É impressionante o quanto as pessoas são tolerantes com a corrupção que elas mesmas se permitiriam em situações parecidas com aquelas às quais os políticos são expostos. Eu não entendo como é que existe essa incongruência entre uma expectativa de honestidade pública e tolerância na conduta privada.

Já tivemos grande eferescência política por parte da população. Por que o brasileiro deixou a participação nas ruas? Isso é um sinal de despolitização das pessoas?

Adriano Correia – Essa é uma pergunta difícil de responder porque o modo como se dá o envolvimento na atual organização da democracia brasileira é variado e várias são as possibilidades de intervenção, como a mobilização de apoio ao Ficha Limpa. Creio que há, sim, uma despolitização, mas talvez haja uma transfiguração do modo de participação, na medida em que se compreende algo – e isso não depende da consolidação da democracia, ou melhor dizendo, é algo que não será sandado a partir de uma consolidação da própria democracia – que é a consolidação do Estado como prestador de serviços.

José do Carmo – Não vejo assim exatamente, como se estivéssemos em uma espécie de inércia, letargia ou falta de participação. Onde as pessoas devem participar e mostrar que estão contrariadas com o rumo que as coisas estão tomando? O melhor espaço em que se pode hoje conferir isso é o Congresso Nacional, alvo de constante mobilização social. Aliás, existe outro espaço que normalmente é tido como um espaço fechado, distante e frio em relação ao povo, que é o Judiciário. No ano passado e neste, o Supremo tribunal Federal foi alvo de questionamentos e participação. Ou seja, na mais alta corte do Judiciário brasileiro, temos assistido a participações de um modo bastante intenso e ostensivo, a ponto de ter de colocar polícia cercando. Ou seja, as pessoas estão com vontade de participar, sim. Não naquele modelo das grandes mobilizações por uma causa única, mas há mobilizações. Por exemplo, em relação a pesquisas com células-tronco,

quando o supremo julgou e decidiu o assunto por uma votação muito apertada, em relação à legalização do aborto e agora, recentemente, a mobilização dos aposentados no Congresso Nacional. E há delegado de polícia querendo se equiparar a integrante do Ministério Público e do Judiciário. Todo mundo tem feito as suas mobilizações. Estudantes da própria UFG fizeram mobilizações intensas em favor do transporte coletivo na região metropolitana de Goiânia. Temos assistido, sim, à participação popular e acredito que ela esteja hoje mais qualificada. Quanto menor o volume da massa, menos chance para a participação. Mas ela se dá de modo mais visível e o interesse é mais viável. A participação é movida pelo interesse mesmo. Se a pessoa não tiver interesse naquilo, ela não vai se mobilizar, vai ficar em casa comodamente, esperando alguém decidir por ela. Mas temos visto grandes processos de mobilização indígena, quilombola e de populações ribeirinhas por causa dos grandes investimentos, seja no Rio São Francisco, seja na usina de Belo Monte.

Pedro Célio – Na verdade, as formas da participação se modificam muito, e a participação, além de vincular-se ao interesse das pessoas, também se vincula aos projetos individuais. Eu acho que a palavra interesse indica que as pessoas racionalizam o que vão ganhar ou quanto irão ganhar participando. Isso é a verdade. Há, além disso, também aquele sentimento de contradição ou aquele sentimento das pessoas de se sentirem úteis à sua comunidade independentemente de ganharem alguma coisa. Pode ser que o interesse seja definido por aí também. Não sei se podemos chamar isso de interesse, mas de qualquer maneira, estaria muito longe de chamarmos isso aí de despolitização, nada disso. Ouvimos aqui inúmeros exemplos. Vou dar só um exemplo: a luta pelos direitos civis no Brasil coloca, a cada ano, milhões de pessoas em passeata nas ruas, como na Avenida Paulista pelos direitos civis do movimento gay. Eu não me lembro de outra mobilização, de cunho político, institucional e ideológico, que tenha esse peso, essa capacidade de angariar simpatia em um tema altamente controverso. Então, não vejo essa ausência de participação, vejo um incremento notável da participação e de uma maneira muito diferente daquela prevista nos modelos ideológicos clássicos que ocupou o século XX inteiro. Mas aí é outro discurso.